

**Universidade de São Paulo  
(USP)**

**Maria Laura Ferreira Acosta Soares**

**A modernização da sojicultura, a China e o  
espaço geográfico brasileiro**

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação da Prof. Dra. Mónica Arroyo.

**São Paulo  
2022**

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>3</b>
<b>Capítulo 1: Implantação e expansão da produção de soja no Brasil e das políticas governamentais de estímulo.....</b>	<b>4</b>
1.1. Desenvolvimento e crise nos anos 1970/1980.....	11
1.2. Anos 1990: o crescimento da produção e a prevalência da Região Centro-Oeste.....	19
<b>Capítulo 2: A explosão da produção exportação de soja no século XXI</b>	<b>22</b>
2.1. As políticas públicas e o agronegócio.....	22
2.2. O fator China.....	26
2.3. A possibilidade de inserção do Brasil nos planos da China de longo prazo.....	30
<b>Capítulo 3: Sojicultura globalizada e dinâmicas territoriais no Brasil....</b>	<b>35</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>39</b>
<b>Referências.....</b>	<b>41</b>

## Introdução

Para compreender a composição do espaço, e conseguir visualizar as transformações geográficas realizadas na agricultura brasileira nas últimas décadas, é necessário considerar um sistema indissociável de *objetos* e *ações*. A introdução da ciência, da técnica e da informação na agricultura brasileira resultou em novo modelo de desenvolvimento agrícola, inserindo-a no processo da globalização da economia, reestruturando e transformando o campo brasileiro. Milton Santos considera esses dois conceitos, *sistemas de ações* e *de objetos*, como fundamentais para entender o espaço geográfico.

Diferentemente das *coisas*, formas produzidas pela natureza, os *objetos* são aqueles resultantes de trabalho humano. E, mesmo as formas naturais, quando passam a ser incorporadas e modificadas pela sociedade, ou seja, quando lhes são atribuídas intenções sociais, tornam-se *objetos* (SANTOS, 2002, p. 20). Os *objetos* não funcionam isoladamente, estando sempre associados, sempre conectados a uma série de outros *objetos* que, em conjunto, são característicos de um momento histórico e de uma localização geográfica, o sistema *de objetos* (SANTOS, 2002, p. 20).

Santos, em seu trabalho, utiliza-se da definição de *objeto técnico* do filósofo Jean-Pierre Séries: *todo objeto susceptível de funcionar, como meio ou como resultado, entre os requisitos de uma atividade técnica* (SANTOS, 2002, p. 22). Para o geógrafo, as noções de técnica e meio são inseparáveis; dessa forma, os objetos técnicos devem ser compreendidos em conjunto com o seu contorno. Ou seja, espaço é um conjunto de objetos organizados e utilizados segundo uma lógica.

O *sistema de objetos*, por sua vez, é indissociável do *sistema de ações*. Nesse contexto, ação é entendida como um processo com propósito, mobilizada por necessidades, naturais ou criadas, sendo subordinada às normas e com gasto de energia na realização dos seus objetivos. As ações produzem transformações, tanto na sociedade quanto nos lugares. Porém, Santos alerta para a importância de discriminar aqueles atores que decidem dos outros, sendo que os primeiros escolhem as ações provocando grandes

transformações no território. O geógrafo cita o trabalho de Massini, o qual inclui, entre os grandes decididores: governos, empresas multinacionais, organizações internacionais, grandes agências de notícias e chefes religiosos (MASSINI, *Propsective methodologique pour une étude proispective de l'avenir du Tiers Monde*, 1988, apud SANTOS, 2002, p. 51).

A transformação em um espaço geográfico, composto pela soma indissociável do *sistema de ações* e do *sistema de objetos*, da-se pela modificação dos componentes desta equação; ou seja, quando se alteram as ações, que transformam esse espaço e/ou seu conjunto de objetos, também se verificam novas configuração do espaço geográfico.

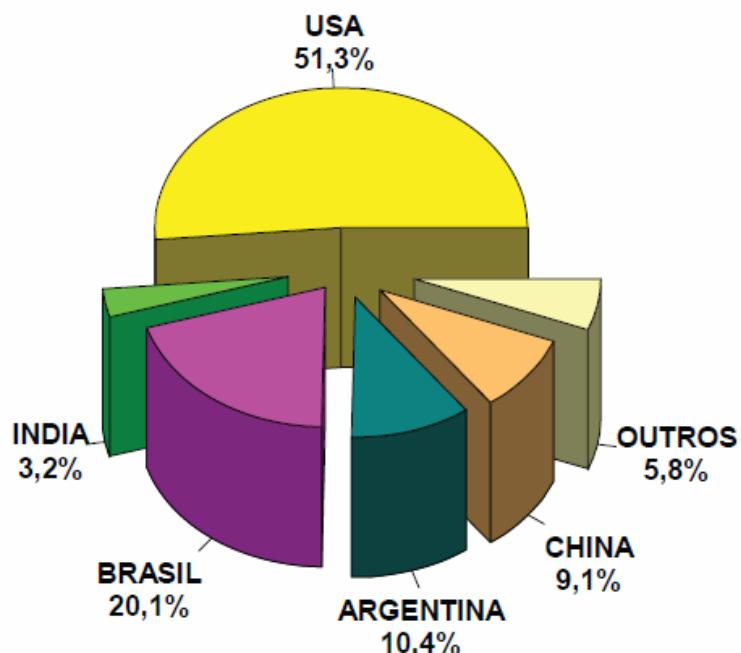
O presente trabalho busca compreender, a partir do estudo da sojicultura, as transformações agrícolas – *o que se produz, onde se produz e quanto se produz* – e agrárias – *como se produz, de que forma se produz* – (SILVA, 1981, p. 5) no campo brasileiro com a introdução da agricultura globalizada. Essa reestruturação, por sua vez, passou a ser influenciada nas últimas duas décadas por um importante agente geopolítico: a China. Ao observar o espaço geográfico, no qual a sojicultura científica e informacional se consolidou, buscou-se, mesmo que brevemente, desenhar os *sistemas de ações e objetos* que, em interação, compõem esse espaço.

A bibliografia sobre o tema, principalmente sobre a sojicultura no Brasil, é muito ampla devido a centralidade que essa *commoditie* assumiu, nas últimas décadas, no quadro econômico do país. Um dos desafios para a construção desse trabalho foi justamente a seleção livros e artigos acadêmicos dentre um gama tão vasta e interdisciplinar. Tendo a teoria de Milton Santos como pedra angular desta pesquisa, somou-se a produção de Guilherme Costa Delgado, pesquisador do IPEA, com seu livro *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. O trabalho de Elias Khalil Jabbour foi uma importante referência para construir o capítulo sobre a China, elemento central no trabalho. Além desses e outros autores, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária) foi uma importante e fonte e dados e informações para a construção da seguinte pesquisa.

## **Capítulo 1: Implantação e expansão da produção de soja no Brasil e das políticas governamentais de estímulo até 2000**

Um documento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. (Embrapa) produzido em meados de 2000 é bem significativo para traçar um quadro da produção da soja no Brasil, que viria a ser radicalmente transformado na década seguinte. Naquele momento, já era patente a importância estratégica da oleaginosa, que além de suprir a demanda mundial de óleos vegetais, fornecia insumo para a produção de proteína animal a preços competitivos. O documento oficial apontou que a produção brasileira participava com cerca de 20%, US\$ 3,47 bilhões, do mercado internacional de soja e seus derivados, estimado então em cerca de US\$ 17,38 bilhões (EMBRAPA, 2000, p. 12). Essa produção era reflexo de uma situação que começara na década de 1970, com um crescimento vertiginoso da produção e do esmagamento da soja, que colocou o Brasil como o segundo exportador de soja grão e o primeiro exportador mundial de farelo de soja (EMBRAPA, 2000, p. 12).



*Gráfico 1 - Produção mundial de soja, set/99 a ago/00 (Embrapa, 2000, p. 14).*

No mesmo relatório é possível traçar a origem e o destino de boa parte dessa produção, segundo dados do United States Department of Agriculture (USDA), também para a safra 99/00:

**Tabela 1 - Origem e destino da Soja - Safra 99/00**

		Quantidade (milhões de t)
Exportação	Estados Unidos	26,00 (58%)
	Brasil	9,20 (21%)
	Argentina	5,10 (11%)
	Paraguai	2,00 (4%)
	China	0,20 (1%)
	Outros	2,16 (5%)
	Total	44,65 (100%)
Importação	União Européia	16,37 (37%)
	China	7,20 (16%)
	Japão	4,75 (10%)
	Taiwan	2,30 (5%)
	México	3,95 (9%)
	Outros	10,02 (23%)
	Total	44,59 (100%)

Fonte: USDA, *apud* Embrapa, 2000, p. 15.

Os dados apontam os três maiores exportadores, exatamente os três maiores produtores: Estados Unidos, Brasil e Argentina. A comparação entre o gráfico e a tabela aponta dois fatos que merecem destaque: a Índia, que aparece como produtor de 3,2% do total mundial, não está entre os exportadores, o que indica que sua produção é consumida internamente. O quadro das exportações mostra que mais de um terço da produção mundial era consumida na União Européia, com a China em segundo lugar, importando 7,2% do total, situação que mudaria radicalmente nos anos seguintes.

O relatório da Embrapa também apontou um potencial de crescimento da produção brasileira, especialmente na Região Centro-Oeste, que nos anos 1990 já assistira um crescimento a uma taxa média anual de 9,11%, enquanto o consumo mundial de soja cresceria a uma taxa média anual de 4,76%, a mesma taxa do crescimento da produção mundial (EMBRAPA, 2000, p. 18). A região era, segundo o documento, aquela que apresentava o maior potencial de expansão da cultura da soja no Brasil e no mundo. Por

exemplo, tomado apenas o norte do Estado do Mato Grosso, havia a possibilidade de expansão do cultivo para mais de cerca de cinco milhões de hectares. Na safra de 1999/2000, a Região Centro-Oeste respondeu por 44,60% da produção brasileira, contra 40,20% da Região Sul, sendo as demais regiões responsáveis pelos 15,20% restantes. Dez anos antes, na safra de 1989/1990, a Região Centro-Oeste foi responsável por 33,10% da produção brasileira de soja, enquanto a Região Sul produziu 58,70% (EMBRAPA, 2000, p. 18). O relatório da Embrapa revelou que, no começo dos anos 2000, o país se tornara uma importante potência produtiva no setor agrícola, principalmente nos regiões Sul e Centro-Oeste.

Tal fato deve ser observado considerando-se também as novas dinâmicas de produção e produtividade, que segundo muitos autores, já podia ser verificada nas duas primeiras décadas do pós-guerra, com uma significativa incorporação de tecnologias da “Revolução verde”<sup>1</sup>. A análise da “tratorização” (frota em utilização) do campo brasileiro demonstra o incremento técnico da produção agrícola:

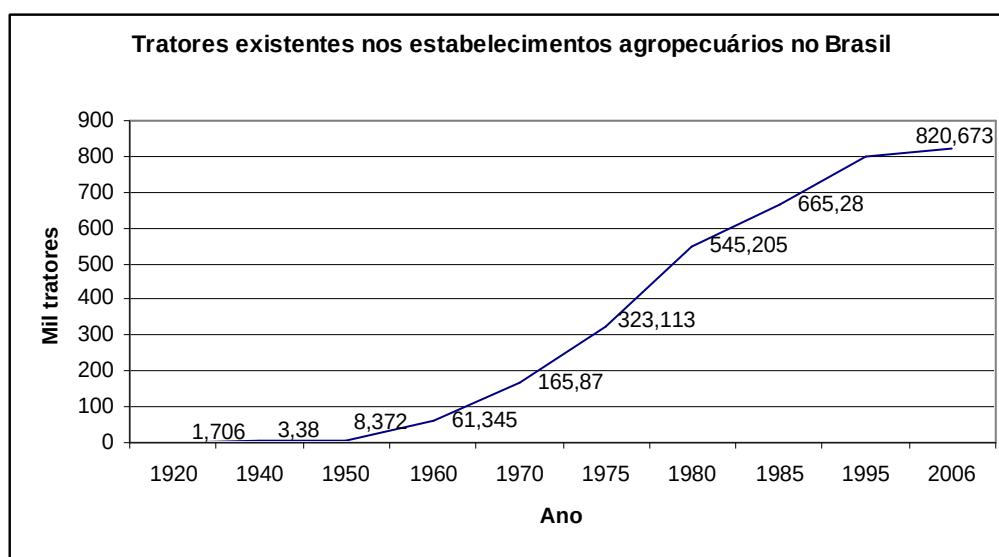


Gráfico 2. Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1920/2006.

<sup>1</sup> A Revolução Verde é um modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura. É um conjunto de estratégias e inovações tecnológicas que teve como escopo alcançar maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização de solos, utilização de agrotóxicos e mecanização agrícola. É um fato corrente no campo e que se encontra presente no cotidiano agrícola nas mais diversas áreas do mundo. (SERRA, 2016, p. 4)

Os dados do IBGE, retirados de uma série histórica, apontam o aumento da quantidade de tratores, instrumento de referência no processo de mecanização e modernização agrícola.

As transformações no espaço rural provocadas pela Revolução Verde demonstram o processo de modernização da agricultura brasileira, o qual se deu pela integração da indústria com a agricultura, gerando inovações técnicas e organizacionais que, em conjunto, desenvolveram um novo uso do tempo e um novo uso da terra. Esse processo, essencialmente capitalista, aprofundou o caráter heterogêneo, do ponto de vista técnico, social e regional, da agricultura brasileira, e precisou da parceria do Estado e dos agentes privados para se concretizar.

Originalmente a produção de soja no Brasil estava concentrada na Região Sul. A partir dos anos 80 assistiu-se o aumento significativo da participação da Região Centro-Oeste, além de um aumento da produção no sul. A expansão da área cultivada de soja no Brasil foi resultado tanto da incorporação de novas áreas, no Centro-Oeste, com a expansão da fronteira agrícola<sup>2</sup>, incorporando ao processo produtivo áreas antes inexploradas, como na substituição de culturas tradicionais por soja na Região Sul. A tabela abaixo mostra essa evolução nas últimas cinco décadas, evidenciando o aumento da produção na Região Centro-Oeste, muito maior que a que se deu no Sul.

---

<sup>2</sup> O termo *fronteira* está sendo usado como definido por GRAZIANO DA SILVA, como sendo a área incorporada à produção visando a de atender à crescente demanda por produtos, que desde o século XIX se tornou o padrão de crescimento da nossa agropecuária. A *fronteira* não é necessariamente uma região distante, vazia do ponto de vista demográfico. ela é fronteira do ponto de vista do capital, entendido como uma relação social de produção. Assim, uma região pode ser inexpressiva em termos de sua produção agrícola ou da área plantada, mas não ser mais fronteira no sentido que conceituamos aqui (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 114-115).

Produção de Soja no Brasil e nas Grandes Regiões												
Ano	(em milhões de toneladas)											
	1974	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2020	2021
Brasil	7,9	9,9	15,2	18,3	19,9	25,7	32,8	51,2	68,8	97,5	121,8	134,9
Norte	-	-	-	-	-	-	0,2	1,4	1,6	4,3	6,5	7,5
Nordeste	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	1,3	2,1	4,0	5,3	8,4	11,6	12,8
Sudeste	0,6	0,8	1,4	1,8	1,7	2,4	2,6	4,6	4,3	5,9	10,1	11,2
Sul	6,9	8,8	11,9	10,7	11,5	12,0	12,5	12,5	26,0	34,9	34,4	42,0
Centro-Oeste	0,4	0,3	1,9	5,7	6,4	10,0	15,4	28,7	31,6	43,9	59,1	61,5

Tabela 2. Fonte: IBGE Produção Agrícola Grandes Regiões

A evolução do crescimento da produção de soja nas Regiões Sul e Centro-Oeste, especialmente nessa, pode ser mais bem entendida ao se transportar os dados da tabela para um gráfico, no qual se mostra a rápida ascensão da produção no Centro-Oeste, e, no final dos anos 1990, a superação do volume produzido na Região Sul, onde historicamente se iniciou seu cultivo.

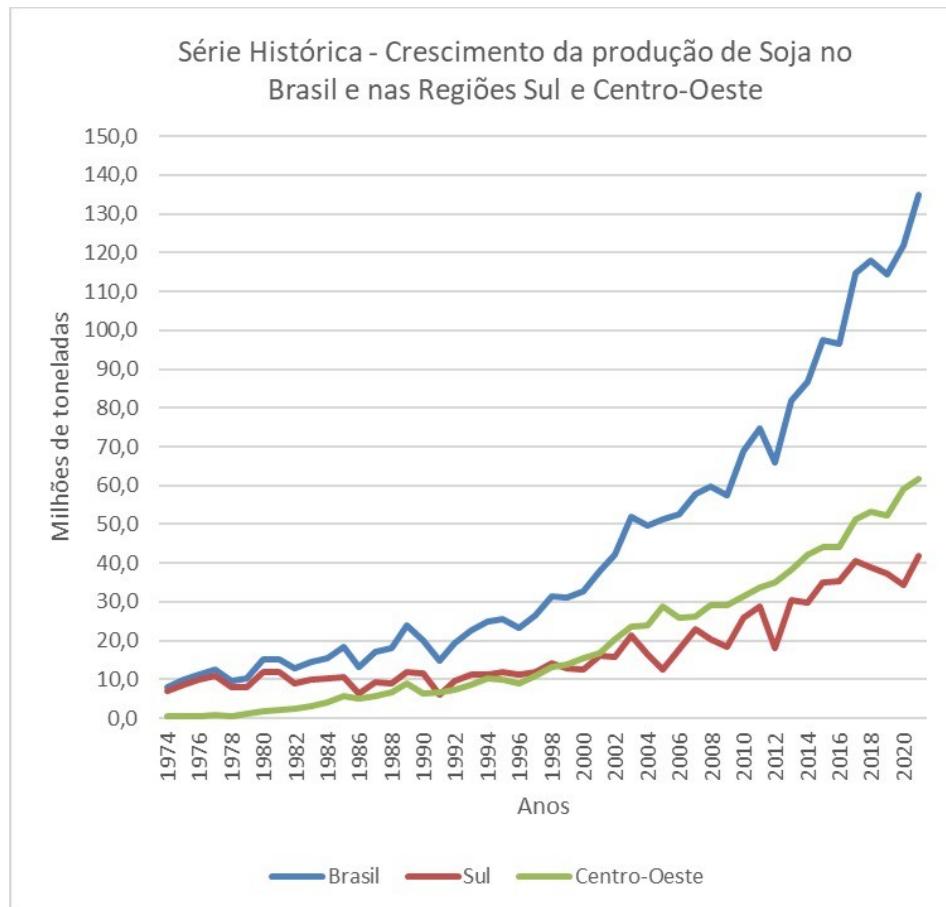


Gráfico 3 - Fonte: IBGE Produção Agrícola Grandes Regiões

Sem dúvida, o país assistiu ao crescimento da produção de soja desde meados dos anos 1970, contudo, esse incremento se tornou absolutamente expressivo a partir do final do século passado. Os fatores para esse crescimento foram muitos, externos e internos: incentivos governamentais, creditícios, fiscais e apoio técnico; investimento na construção e reorganização da rede de transportes e logística para escoar a produção; investimento, público e privado, para o armazenamento e estocagem das safras, e, não menos importante, forte demanda do mercado externo, movida especialmente pelas compras da China já na década de 2000. Também em muito contribuíram as pesquisas realizadas pela Embrapa, especialmente pelas unidades Embrapa Soja, Embrapa Cerrados e Embrapa Agropecuária Oeste, além das parcerias, em especial a Fundação MT, no Estado do Mato Grosso, que tiveram papel preponderante no sucesso da soja na Região Centro-Oeste,

seja pela geração de cultivares, seja pelo desenvolvimento de processos de cultivo adaptados aos solos e clima do cerrado brasileiro. (Embrapa 2000, p, 18)

### **1.1. Desenvolvimento e crise nos anos 1970/1980**

O inicio da década de 1970 foi marcado por transformações importantes que contribuíram para o desenvolvimento da agricultura na Região Centro-Oeste do país. Uma primeira delas era política. Durante a ditadura militar (1964-1985) foram incorporados às políticas públicas alguns preceitos muito caros aos militares. Um deles foi a noção da necessidade estratégica de preenchimento dos chamados “espaços vazios” do território nacional, ocupando-os com população e atividades econômicas. A preocupação com a soberania no Centro-Oeste já estava presente desde o Império, notadamente após a Guerra do Paraguai (1864-1870), boa parte travada na região. Essa visão foi uma das bases para o estímulo à migração de grande grupo de habitantes das áreas rurais da Região Sul para o Mato Grosso, abrindo novas fronteiras no Cerrado e ao mesmo tempo reduzindo tensões sociais nos três estados da região, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

No século XVIII a região do Cerrado fora alvo de intensa exploração durante o período da exploração do ouro, submetido principalmente a várias entradas e bandeiras oriundas em grande parte da província de São Paulo. Com a escassez do ouro, passaram a predominar na região a economia agrícola de baixa escala, de sobrevivência, e a pecuária extensiva, que demandava poucos recursos e pouca mão-de-obra. Muito posteriormente, a construção de Brasília conseguiu atrair um contingente populacional, vindo especialmente do Nordeste, mas essa migração também não foi significativa a ponto de causar grande impacto. A política de interiorização logrou maior êxito durante os governos da ditadura militar (1964-1985), com a implantação de planos estratégicos de planejamento econômico, sobretudo os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) I e II, dos generais-presidentes Emílio

Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979) (PIRES, 2000, p. 114). Os dois PNDs consolidaram e complementaram projetos criados pelo anterior governo do general Artur da Costa e Silva (1966-1969), que haviam possibilitado transformações tecnológicas da agricultura: instituição do crédito rural; uso intensivo de máquinas e fertilizantes; estímulo industrialização agrícola; construção de rodovias; aumento da capacidade de armazenamento, e criação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), responsável por organizar e planejar o processo de desenvolvimento na região Centro-Oeste (PIRES, 2000, p. 115).

Os governos militares aplicaram elevados montantes de capital, através de financiamentos de projetos agropecuários e na implantação de infraestrutura como forma de aumentar os fluxos migratórios e a ocupação do espaço no Centro-Oeste, e, em particular no Mato Grosso. Além do Programa de Integração Nacional (PIN), que tinha por objetivo intensificar a ocupação da Amazônia Legal<sup>3</sup>, foram criados programas específicos para a área abrangida pelo Cerrado: o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), além dos incentivos para os projetos de colonização privada, que se utilizavam de uma linha de crédito, proveniente do PROTERRA, para estimular a atração de pequenos produtores do sul do país, levando-os para o cultivo da soja.

Entre esses programas o POLOCENTRO foi importante no avanço da fronteira agrícola, não somente pela extensão da área atingida, mas também porque orientou investimentos de maneira integrada, promovendo diretamente a incorporação de cerca de 2,5 milhões de hectares especialmente de soja e pastagens (VILLARINHO, 2000, p. 8).

Esse conjunto de ações e programas resultou em uma nova concepção na organização da produção agrícola baseada na implementação

<sup>3</sup> Amazônia Legal A Amazônia Legal é uma área que engloba nove estados do Brasil pertencentes à bacia Amazônica, instituído pelo governo federal pela Lei 1.806/53, reunindo regiões de idênticas características, com o intuito de melhor planejar o desenvolvimento socioeconômico da região amazônica; foi instituída com o objetivo de definir a delimitação geográfica da região política de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM. Segundo IBGE, 141 municípios do norte do estado do Mato Grosso estão na área de abrangência da Amazônia, Legal.

de complexos agroindustriais, integrando produtivamente esses setores e incentivando a verticalização da produção, sua modernização e expansão, tudo apoiado por uma política de crédito agrícola e prática de preços mínimos (VILLARINHO, 2000, p. 8). Nesse contexto também se insere a criação do estado de Mato Grosso do Sul em 1977, a partir do desmembramento da porção sul do Estado de Mato Grosso, como forma de tornar a administração da região, e, por conseguinte da política agrícola, mais funcional.

No início da década de 1970 ainda predominava a visão de que o solo do Cerrado não oferecia potencial de exploração produtiva, principalmente devido à presença de solos ácidos que inviabilizavam o investimento econômico. Somado a essa dificuldade natural, a visão da impossibilidade produtiva era reforçada pela carência de infraestrutura do Centro Oeste, caracterizada pela ausência até mesmo de uma rede rudimentar de conexões, baldeação e entrepostos comerciais. Essa infraestrutura necessária para o desenvolvimento dos processos produtivos só viria a ser de fato planejada por programas do governo federal para a construção de corredores de transporte, podendo assim destinar os grãos à exportação (HESPAÑOL, 2000, p.15).

O conjunto de ações políticas do governo federal, associado aos avanços tecnológicos possibilitou a modernização da agricultura. Diferente da política de comércio externo da década de 50, que privilegiava apenas o café, a década de 1970 foi marcada pela diversificação e integração às múltiplas correntes do mercado internacional de produtos agrícolas e agroindustriais. (DELGADO, 2012, p. 17) Nesse contexto, foram criados sistemas de pesquisa e extensão agrícolas, que começam a demonstrar as possibilidades da larga produção agrícola em áreas do Cerrado; foram criadas novas tecnologias apropriadas para a região, como a correção da acidez do solo através de produtos químicos, a implantação de monoculturas, a motomecanização e o uso de agrotóxicos (OLIVEIRA, 2000, p. 112).

Nesse processo de desenvolvimento teve especial importância a criação, em 1973, da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), a partir de uma transformação do Departamento Nacional de

Pesquisa Agropecuária do Ministério da Agricultura. O objetivo da nova empresa estatal era criar e difundir tecnologia, visando ao aumento de produtividade no setor agrícola, aumentando os excedentes exportáveis e nivelando as microrregiões no processo de desenvolvimento agrícola no país. A Embrapa atuou tanto nesse aumento da produtividade quanto na expansão da fronteira agrícola, com a incorporação de novas áreas ao processo produtivo. Para que houvesse difusão e utilização das inovações tecnológicas nascidas da pesquisa também foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), que foi extinta em 1990 pelo então presidente Fernando Collor de Mello (OLIVEIRA, 2000, p. 115).

Os resultados das pesquisas para melhoria e maior adaptação da soja às regiões do Cerrado, associadas à ampla concessão de crédito rural, puderam ser notados com a elevação da produtividade da sojicultura. Na safra 1994/1995, por exemplo, a soja ocupava em Mato Grosso cerca de 2,3 milhões de hectares, a segunda maior área de produção do país, contribuindo com 20% no total nacional. No entanto, a expansão da área plantada não correspondeu aos índices registrados pela produção. Entre 1985 e 1990, enquanto a produção de soja no estado cresceu 100% a expansão em área foi de 89%. O mesmo ocorreu no quinquênio seguinte: entre 1990 e 1995 a produção aumentou 79% mas a área plantada cresceu apenas 47%; o que também se repetiu entre 1994 e 1995, quando a produção registrou crescimento de 12,7% contra 3,4% de aumento da área. No conjunto dos dez anos de expansão, 1985 a 1995, o incremento da produção foi de 264% – de 1,5 milhão de toneladas para 5,4 milhões – contra um aumento de área de 177%, o que aponta que o alargamento da produção se deveu à melhora tecnológica – máquinas, implementos, sementes correção de solo, fertilizantes – associada à maior facilidade do crédito para o produtor (BERNARDES; SILVA, 1997, p. 30-31).

Tal quadro agravou ainda mais o processo de concentração fundiária no Brasil, que era crescente desde meados da década de 1960. A expansão da soja no Cerrado foi acompanhada da redução das pequenas propriedades, levando à aceleração da decadência econômica do pequeno

produtor rural. A introdução de cultura e a implementação da infra-estrutura elevaram o preço das terras. Os programas de incentivo governamental na região reforçaram as condições estruturais de distribuição desigual de terras e de renda, não oferecendo alternativas para atingir, na origem, o problema da ocupação e da migração rural. O agravamento da situação de concentração de terra foi apontado, em 1981, por um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ligado ao Ministério da Fazenda, que apontou a ausência da preocupação governamental com os aspectos sociais por ter-se concentrado na produção de produtos agrícolas exportáveis (IPEA, 1981, *apud* OLIVEIRA, 2000, p. 121). A constatação do problema e temendo o aumento das pressões sociais advindas do meio rural levou o governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985) adotar uma série de medidas de deveriam enfrentar o problema da terra, mas que não apresentaram resultados concretos<sup>4</sup>.

#### Concentração fundiária Brasil (1965-1978 )

<i>Data da Informação</i>	<i>Milhões de Imóveis<sup>a</sup></i>	<i>Milhões de Hectares<sup>a</sup></i>
1965	3,4	316,2
1967	3,6	360,1
1972	3,4	370,3
1976	3,8	464,4
1978	3,1	407,8

*Tabela 3 - Fonte:* INCRA, *apud* GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 163.

É necessário destacar o papel do crédito como fator fundamental para o desenvolvimento tecnológico da soja. As linhas de crédito implantadas durante os governos da ditadura militar estavam associadas à compra de insumos, máquinas e implementos modernos, o que fez com que o setor produtivo agrícola se tornasse dependente da indústria, fato que também contribuiu para a concentração da produção em grandes propriedades.

<sup>4</sup> Entre as medidas adotas após 1981 para enfrentar o problema agrário podem ser citadas: i) criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF) (1982); ii) nomeação do general Danilo Venturini, chefe do Gabinete Militar e presidente do Conselho de Segurança Nacional (CSN); iii) criação do Programa Nacional de Política Fundiária (1982); iv) lançamento das bases do Sistema Fundiário Nacional; v) reestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); vi) criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia – Tocantins (GETAT) (1980); vii) reformulação do Imposto Territorial Rural (ITR) (1979); viii) instituição do usucapião especial (1981); ix) implementação de programas específicos para agricultores familiares, principalmente no Nordeste e no Centro-Oeste (FERREIRA, 2009, p. 160-161).

O Estado passou a fornecer amplos incentivos e subsídios, criando demanda para os produtos do complexo agroindustrial, impulsionando os setores dinâmicos da economia, notadamente o da indústria. Essa associação também tornou o setor dependente da importação de fertilizantes e corretores de solo, os quais o país não produzia em quantidades suficientes para atender a demanda crescente. (PIRES, 2000, p. 116)

Assim, a ocupação agrícola do Cerrado estava inserida dentro de um processo de modernização da agricultura brasileira, respondendo aos planos de governamentais de desenvolvimento mais amplos. A especialização da região como produtor de soja atendeu esse projeto, apresentando grande potencial produtivo, plenamente favorável à mecanização e dotado de uma relativa infra-estrutura de transporte e energia (PIRES, 2000, p. 116). A política de crédito subsidiado, amplamente difundida nos anos 1970, reforçou as expectativas de rentabilidade dos agricultores e influenciando também para o aumento do preço da terra. A Crise do Petróleo<sup>5</sup>, que eclodiu em 1973, provocou um processo inflacionário ascendente que rapidamente foi sentido no país; no entanto, as taxas de juros cobradas pelo crédito agrícola se mantiveram muito baixas. Os incentivos e o crédito barato, entre outros, foram responsáveis pelo grande endividamento do país junto a bancos e organismos internacionais<sup>6</sup>.

Após 1980, e já sob uma nova crise do petróleo, essa política foi abandonada devido à recessão que se instalou no país, causando a redução real de oferta do crédito rural (PIRES, 2000, p.117). Para compensar a eliminação dos créditos subsidiados, o governo incentivou a política dos preços mínimos, adquirindo expressivos volumes de soja, além de arroz e milho. As aquisições a preços artificialmente altos se tornaram um pesado ônus para o governo federal agravando seu endividamento, mas manteve a agricultura

<sup>5</sup> A Crise do Petróleo, ou *choque do petróleo*, eclodiu em outubro de 1973 quando os membros da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP) decretaram embargo petrolífero contra os países que haviam apoiado Israel na Guerra do Yom Kippur contra os países árabes – Estados Unidos, Canadá, Japão, Holanda, Reino Unido, Portugal e África do Sul. O embargo fez com que, em poucos meses, o preço internacional do petróleo subisse de US\$ 3 para mais de US\$ 12 em todo o mundo. A crise iria se repetir em 1979, no *segundo choque do petróleo*.

<sup>6</sup> Entre 1977-1978 a dívida brasileira sofreu uma significativa aceleração, crescendo a ordem de 30% ao ano (SILVA, 2017, p.7).

extensiva rentável para os produtores, que inclusive aumentaram a área cultivada. Seguindo a mesma lógica, o governo federal também subsidiou o preço dos combustíveis para os agricultores, fazendo com que a produção fosse transportada a custos baixos e também artificiais (PIRES, 2000, p.117).

A repetição da crise do petróleo em 1979 provocou o aumento dos juros para os empréstimos internacionais e levou a dívida externa brasileira para uma situação de descontrole, o que provocou a instalação de uma política de ajuste recessiva a partir de 1982, e o fechamento de novos empréstimos para o país no ano seguinte, que ficou conhecida como a *crise cambial de 1982*. A partir de então se viu um forte fluxo de transferência de recursos para o exterior para o pagamento dos juros da dívida externa, que acelerou ainda mais a inflação interna (SILVA, 2017, p.13-14). A necessidade de o país efetuar os pagamentos da dívida externa tornou urgente a busca de superávits comerciais como forma de obter dólares para o cumprimento das obrigações. Houve uma substancial queda dos tributos para a exportação, ao mesmo tempo em que aumentaram os subsídios para os exportadores, especialmente de produtos agrícolas. Assim, instalou-se no país um quadro econômico de recessão, inflação, desemprego, especulação com títulos públicos, mas a produção agrícola de exportação, especialmente da soja, continuou crescendo (SILVA, 2017, p.18).

As medidas conjunturais de ajuste econômico adotadas a partir da crise cambial de 1982, por serem emergenciais, não tinham caráter estratégico de longo prazo; contudo, essas medidas, no campo econômico, iriam configurar uma espécie de embrião para a explosão da exportação que ocorreria nos anos 2000; quando a pauta exportadora passou por forte processo estrutural de reprimarização, isto é, voltando-se quase que exclusivamente à exportação de produtos primários (DELGADO, 2012b, p. 77).

A partir de 1984, governo federal elevou notadamente a taxa de juros para safra 1984-1985, fazendo com que a taxa para o crédito rural fosse maior que a inflação. Para a soja, a deterioração das condições creditícias contrastava com a situação que prevaleceu no decorrer dos anos 1970, quando

os produtores de soja eram beneficiados com políticas e programas governamentais (SOUZA, 2011, p. 23-24). A expansão do crédito rural e agroindustrial dos anos 1970 propiciou condições para a modernização e mecanização da agricultura, assim como uma maior integração desta com a indústria; contudo, a crise do crédito rural que instalou no início da década de 1980, prolongando-se até o final dos anos 1990, implicou em diminuição dessa integração, e a redução no ritmo da mecanização devido à inibição dos investimentos privados (DELGADO, 2012b, p. 16).

Para a manutenção da produção, cuja parcela maior era destinada à exportação, elevou-se o preço mínimo da soja, garantindo renda ao sojicultor. A safra 1984-1985 apesar da redução do crédito, mas ajudada por boas condições climáticas, bateu recorde de produção, atingindo 18,3 milhões de toneladas; situação que não se manteve nos anos seguintes, ficando produção estagnada até o começo da década seguinte. A estabilização da moeda, em 1993-1994, com a criação do Plano Real permitiu a retomada dos financiamentos públicos aos produtores de soja, assim como a volta dos incentivos fiscais. Programas regionais de apoio, como um implantado pelo estado do Mato Grosso, também permitiram o aumento da produção (SOUZA, 2011, p. 23-24). A melhoria da situação econômica geral do país, e em especial da agricultura, que voltou a receber créditos e incentivos, foi sentida na produção de soja, que apresentou taxas geométricas de crescimento da área, produção, e produtividade no Brasil, respectivamente 3,95%, 6,17% e 12,13% entre 1992 e 1999 (SANTOS, 2000, p. 13).

## **1.2. Anos 1990: o crescimento da produção e a prevalência da Região Centro-Oeste**

Em meados dos anos 1990, quanto à comercialização, havia uma clara diferença entre as Regiões Sul e Centro-Oeste: enquanto na primeira, que agregava um grande número de pequenos e médios produtores, os negócios com a soja eram feitos pelas cooperativas – cerca de 50% –, nos

estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás as tarefas de comercialização eram realizadas por intermediários particulares e pela indústria, muitos das quais instaladas no estado de São Paulo (SANTOS, 2000, p. 18).

Um estudo elaborado no final dos anos 1990 apontou que áreas com mais de dois mil hectares no Centro-Oeste concentravam maior obtenção de recursos para implantação de tecnologia, gerando, consequentemente, também maior rendimento e produtividade (BERNARDES; SILVA, 1997, p. 32). As condições do Cerrado exigiam o uso intensivo de tecnologia, como muito fertilizante e produtos para a correção do solo com excessiva acidez, dificuldade que foi enfrentada com investimentos e crédito, mantendo a soja brasileira competitiva no mercado mundial. Em Mato Grosso, por exemplo, em 1994, a produção de soja apresentou o maior rendimento médio do país, em torno de 2.630 kg/ha., maior que a media nacional de 2.163 kg/ha. e que a média dos Estados Unidos, de 2.530 kg/ha. na safra 1992/1993. Condição que permitiu que a Região Centro Oeste superasse a produção da Região Sul no quinquênio seguinte.

Produção de Soja no Brasil e nas Grandes Regiões							
Ano	(em milhões de toneladas)						
	1974	1975	1980	1985	1990	1995	2000
Brasil	7,9	9,9	15,2	18,3	19,9	25,7	32,8

Norte	-	-	-	-	-	-	0,2
Nordeste	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	1,3	2,1
Sudeste	0,6	0,8	1,4	1,8	1,7	2,4	2,6
Sul	6,9	8,8	11,9	10,7	11,5	12,0	12,5
Centro-Oeste	0,4	0,3	1,9	5,7	6,4	10,0	15,4

Tabela 4 - Fonte: IBGE Produção Agrícola Grandes Regiões

Uma comparação entre dois estados grandes produtores, Mato Grosso (MT) e Rio Grande do Sul (RS), pode fornecer elementos para entender essa mudança no perfil da soja no Brasil. Segundo dados do Censo Agropecuário de 1985, citados por SANTOS (2000, p. 19 e segs), no RS, em 1995, 48% da produção provinham de propriedades com menos de 50 hectares, e que apenas 12% tinha origem em propriedades com mais de 500

hectares. Já em MT 0,3% da produção era proveniente de propriedades com menos de 50 hectares, enquanto 80,3% do total eram produzidos em fazendas com mais de 500 hectares, lembrando que é possível no estado encontrar propriedades com áreas de 10 mil e até 50 mil hectares (WÁNG, 2022, s/p). A concentração permitiu maior utilização de máquinas no cultivo e na colheita, assim como maior aplicação de produtos químicos na produção: em 1995, 98% das propriedades no MT aplicavam adubos e defensivos nas lavouras, contra 88% no RS em média.

Depois da crise cambial que marcou economia brasileira na passagem para século XXI foram reunidas condições políticas e econômicas que possibilitaram uma nova estratégia de acumulação de capital na agricultura. De meados da década de 1980 até o fim do século XX viu-se um período de transição de uma modernização conservadora - cujos moldes foram ditados pelos governos militares - para a consolidação de uma economia do agronegócio.

A abertura comercial, que ocorreu desde o início da década de 1990, foi marcada por uma série de políticas que reduziram a proteção do mercado interno, atributo que caracterizou as transformações na agricultura e na economia brasileira desde a gestão militar. A redução tarifária de uma maneira geral e a União Aduaneira do Mercosul foram estratégias que iniciam esse longo processo de transformação, que se fortaleceu efetivamente em 1994, com a estabilização monetária e introdução do Real. Nesse momento, à luz das pressões a cerca do pagamento da dívida, foram modificadas substancialmente as instituições comerciais e agrícolas que vigoraram, por décadas, por recursos fiscais e monetários. (DELGADO, 2012, p. 85). A extinção de institutos como o do Açúcar e do Álcool (IAA) e do Café (ICB), o fim do monopólio estatal da compra de trigo, a desvinculação da política preços mínimos na formação de estoques são exemplos de modificações que caracterizaram esse período de transição (DELGADO, 2012, p. 86).

Na década de 1990 viu-se a queda acentuada do preço das *commodities*, da renda agrícola (1990-97) e do imóvel rural. O regime cambial

de semiparidade com o dólar adotado no período produziu um quadro de balança comercial negativa, no qual caíram as exportações enquanto assistia-se a alta de importações, processo que gerou um acumulando de déficits cambiais (DELGADO, 2012, p. 88). Nesse momento, diferente da crise cambial de 1982, não se privilegiou as exportações de commodities como política de gestão da crise.

O segundo mandato do Fernando Henrique Cardoso adotou políticas que estruturam e consolidam as novas políticas neoliberais. Nesse sentido, aconteceram importantes mudanças, como no regime cambial com os empréstimos junto ao FMI – *operações de socorro* - e a adoção das condições impostas por esse tipo de operação. Nesse momento, a política do comércio exterior foi alterada, adotando-se como prioridade a obtenção de superávits da balança comercial (DELGADO, 2012, p. 88).

Tomadas em perspectiva histórica, as reformas econômicas ocorridas nos anos 1990, com o afastamento o Estado de muitas atividades – fim das políticas agrícolas e de crédito e desmantelamento de importantes estruturas internas de fomento produtivo e comercial –, ocorreu uma abertura do comércio exterior de forma muito distinta daquela que ocorreu nos 30 anos anteriores. As novas condições do Estado e da economia alteraram substancialmente a estratégia econômica do regime anterior, compreendido pela ditadura militar (1965-1985), alterando as condições de acumulação de capital e expansão agrícola relativamente ao estilo do período (DELGADO, 2012b, p. 78).

## **Capítulo 2: A explosão da produção exportação de soja no século XXI**

### **2.1. As políticas públicas e o agronegócio**

O agronegócio pode ser definido como uma *associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sob patrocínio fiscal*,

*financeiro e patrimonial do estado*, isso com o apoio político-ideológica dos grandes grupos de mídia (DELGADO, *O que significa agronegócio no Brasil*. Brasília, 2006, apud ALENTEJANO, 2020, p. 356). Para Delgado, apesar da acumulação de capital na agricultura, nas cadeiras agroindustriais, no mercado de terras e no sistema de crédito ter se realizado, no Brasil, desde o final do século XX, é no século XXI que essa acumulação de capital nesses setores será a estratégia econômica principal no comércio exterior (DELGADO, 2012, p. 109).

A partir do final da década de 1990, com uma nova crise cambial que se instalara no país gerada pela falta de reservas em moeda forte, o governo de Fernando Henrique Cardoso passou a estimular as exportações como forma de obter saldos na balança comercial para honrar os compromissos da dívida externa do país. Entre os setores estimulados estava o agronegócio, que se tornou isento do imposto sobre a exportação<sup>7</sup>. Assim começava-se um processo que tornaria agronegócio um dos pilares da economia brasileira.

A virada do século foi marcada por importantes mudanças na forma de organizar a agricultura. O período observou um novo processo de expansão das fronteiras agrícolas e especialização dos territórios, com maior participação de empresas multinacionais. No caso da soja, o capital internacional aplicado no setor agroindustrial de esmagamento do grão passou de 16% em 1995 para 57% em 2005, associado ao processo de concentração econômica e desnacionalização do setor (HEREDIA, 2010, s/p). A virada do século também representou o aumento da demanda mundial das chamadas *commodities*, que se veria pelos anos seguintes, impulsionado pelo crescimento da economia chinesa, as exportações brasileiras de produtos agropecuários se expandiram fortemente em quantidade e valor e o agronegócio foi se fortalecendo cada vez mais (DELGADO, 2012, p. 357).

*Commodity*, traduzido para o português significaria apenas *mercadoria*, mas o termo tem longa tradição de uso na economia política. Em termos de comércio mundial *commodity* passou a significar produtos que são

<sup>7</sup> Lei Complementar 87/1996, conhecida como *Lei Kandir*.

produzidos para serem transacionados unicamente no mercado internacional. A *Carta de Havana*, aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Emprego, realizada em Havana, Cuba, em março de 1948 assim definiu: [...] *qualquer produto originário de atividade agropecuária, florestal ou pesqueira ou qualquer mineral em sua forma natural ou que tenha passado por processamento costumeiramente requerido para prepará-lo para comercialização em volume substancial no comércio internacional* (DELGADO, 2012a, p.136). Além dos produtos minerais, as *commodities* agrícolas também englobam produtos originários de atividades agropecuárias, vendidos em quantidades consideráveis, no mercado internacional, em sua forma natural ou após passarem por algum processamento inicial necessário à sua comercialização, mas que não compreende sua industrialização. Assim, *o trigo em grão é uma commodity agrícola, mas não pão, o macarrão e outros produtos derivados do trigo e que passam por processos manufatureiros* (DELGADO, 2012a, p.136).

No caso da história da economia brasileira, os chamados ciclos da cana no período colonial e do café no Império podem ser definidos como, de certa forma, baseados em *commodities* agrícolas, e foram fundamentais para a formação da sociedade e da economia brasileiras, assim como na integração do país ao sistema capitalista internacional até meados do século XX. As *commodities* também se definem pela volatilidade de seus preços, associada a decisões de produzir e a capacidade de entregar as mercadorias, aos choques de oferta causados por mudanças climáticas, à queda da renda da demanda desses produtos, etc. (DELGADO, 2012a, p. 137).

Diferentemente do que ocorreu nos grandes ciclos da história econômica brasileira, a comercialização das *commodities* nos termos atuais pressupõe a realização de acordos internacionais como forma de enfrentar especialmente a volatilidade de preços. Embora em eras passadas já se pudesse assistir a efetivação de desse tipo de acordos, foi somente nas ultimas décadas, com a constituição de uma ordem comercial internacional, que começou a ser erguida especialmente no segundo pós-guerra, que se estabeleceram fóruns internacionais, muitos dos quais ainda estão em

construção ou reestruturação. Apenas para citar alguns: *United Nations Conference on Trade and Development* (Unctad), *General Agreement on Tariffs and Trade* (Gatt), Organização Mundial do Comércio (OMC), *Special Agreement on Commodity Arrangements* (SACA), inglês *Common Fund for Commodities* (CFC) (DELGADO, 2012a, p. 138). A essa rede de acordos e organismos se associam, corroboram e validam os acordos bilaterais formulados entre países, ou entre grupos de países. O sistema de *commodities* fez com que os países, especialmente os periféricos do sistema capitalista internacional, retornassem em grande medida às chamadas vocações *históricas*, consolidando uma divisão internacional do trabalho que muitas vezes remete ao passado (DELGADO, 2012a, p. 139).

A adequação do país a esse sistema internacional elevou o valor médio anual das exportações nacionais, que passou de US\$ 50 bilhões, em 1995/99, para cerca de US\$ 200 bilhões dez anos depois; no mesmo período a participação dos produtos básicos passou de 25% para 45% da pauta de exportações (ALENTEJANO, 2020, p. 357). Esse crescimento foi apoiado por um conjunto de políticas públicas: a adoção de políticas trabalhistas, que promoveram a flexibilização das relações de trabalho; políticas ambientais, cujos marcos regulatórios foram revisados; de infraestrutura, sobretudo escoamento da produção; de ordenamento territorial e regularização fundiária; e de financiamento (ALENTEJANO, 2020, p. 357). No caso deste último, houve uma forte retomada do crédito rural, que havia decaído ao longo dos anos.

Em 2003/2004, o valor total do crédito rural foi de 32,6 bilhões de reais, sendo 27,2 bilhões para a agricultura patronal e 5,4 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Já em 2016/2017 estes valores pularam para 232,88 bilhões de reais no total, 202,88 bilhões para a agricultura patronal e 30 bilhões para a agricultura familiar. Isto sem falar nos subsídios, que segundo ALENTEJANO (2012, p. 385), somaram 86,6 bilhões de reais entre 2000 e 2010. Por sua vez, a participação máxima da agricultura familiar jamais ultrapassou 17% do volume total de crédito e foi se reduzindo gradativamente ao longo do tempo. Durante o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007) o Programa Nacional de Fortalecimento

da Agricultura Familiar (Pronaf) representava em média 16,5% do total do crédito, enquanto a participação da grande propriedade agrícola para exportação, e do agronegócio, era de 83,5%; já no segundo governo Lula (2007-2010) houve uma queda na participação do Pronaf, com o recuo em 2010 para 13%, média que se manteve ao longo dos governos de Dilma Rousseff (2011-2016), caindo nos governos posteriores (ALENTEJANO (2012, p. 385).

## 2.2. O fator China

A República Popular da China, a partir das ultimas décadas do século XX, se tornou um agente fundamental das transformações geopolíticas. Nos últimos 40 anos, o país desenvolveu um complexo e dinâmico modelo de desenvolvimento que, não só alterou somente sua realidade interna, impactou intensamente as relações geopolíticas internacionais (VISENTINI, 2011, p.131). No final da década de 1970, com a retomada oficial das relações entre os Estados Unidos e a China, e a entrada desta como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, foi possível a normalização das relações com o restante do mundo, pondo fim a ao isolamento chinês que durara décadas.

A ascensão de Deng Xiaoping à posição de líder máximo do Partido Comunista da China (PCC), após a morte de Mao Tsé-Tung, e o fim da radicalização assistido durante a Revolução Cultural, foi possível a abertura do país a uma série de reformas econômicas, que culminaram com uma abertura externa seletiva e a adoção de novos padrões de desenvolvimento (VISENTINI, 2011, p. 132). A partir de 1978 a China adotou a política das *Quatro Modernizações* – indústria, agricultura, tecnologia e forças armadas –, estabelecendo uma série de reformas internas: descoletivização gradual da agricultura, a introdução de uma economia mercantil dentro de uma estrutura socialista, a criação de áreas específicas para a captação de capital e tecnologia estrangeiras e a instalação de empresas transnacionais, destinadas principalmente à exportação. Também foram criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), geralmente em províncias costeiras, nas quais se permitiu a

introdução de legislações específicas para permitir o estabelecimento alguns mecanismos capitalistas e o assentamento de capitais e empresas estrangeiras (VISENTINI, 2011, p. 132).

A partir de 1980 o mundo assistiu a um processo acelerado de crescimento econômico na China, apresentando números espantosos:

O crescimento econômico chinês de 1980 a 2019 foi excepcional: a média de crescimento do PIB real nesse período foi de 9,2% a.a. Há mais de quatro décadas, o país cresce acima da média internacional, de forma quase ininterrupta. Por mais de 35 anos, a taxa média de crescimento do PIB per capita na China alcançou a média de 9% a.a. A renda per capita (por Paridade de Poder de Compra) passou de apenas US\$ 250,00 em 1980 para US\$ 8.827,00 em 2018, isto é, cresceu 36 vezes! Esse processo foi acompanhado de uma elevada taxa de investimento, com média de 36,9% do PIB entre 1982 e 2011 e acima de 40% a partir de 2004 (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p.143).

Desde 2013, o país se tornou o detentor do maior volume de comércio exterior no mundo, desempenho, além de grande exportador e receptor de capitais por investimentos diretos, sem que isso representasse um endividamento externo do país (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 144). Ao contrário, as reservas cambiais, a despeito dos maciços investimentos da China no exterior, subiram de US\$ 1,6 bilhão em 1978 para US\$ 3,09 trilhões em março de 2019, as maiores do mundo, resultado de uma balança comercial sempre positiva (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 146).

Nos anos que antecederam as reformas vigiam na China um sistema que envolvia um grande *compromisso com o igualitarismo típico do camponês asiático e o princípio socialista de distribuição em concordância com o trabalho em nível local* (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 154), em uma estrutura assentada sobre grandes empresas públicas e coletivas. Após 1978 essa estrutura passa a ser substituída por diferentes formas de propriedade pública e privada, com a forma pública mantendo-se dominante com capacidade cada vez maior de intervenção sobre a realidade (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 154). A produção de alimentos e sua distribuição haviam sido abaladas a partir da *lógica de crescimento econômico baseado em excedentes da agricultura e do radicalismo antimercantil, atrelada ao Grande Salto Adiante (1956-1961)* e a

*Revolução Cultural (1966-1976)* (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 155)<sup>8</sup>. As reformas de Deng Xiaoping inicialmente procuraram criar um sistema de abastecimento que pudesse contribuir para a expansão da produção e, ao mesmo tempo, permitir que, com o aumento da renda no campo, surgisse um mercado de consumo de bens manufaturados (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 155).

No campo, iniciou-se um *processo de descoletivização da estrutura de propriedade no campo*, sem a privatização das propriedades:

Isso, no entanto, não implicou um processo clássico de privatização. O núcleo da organização empresarial passou da comuna rural para a unidade familiar a partir de experimentos iniciados ainda na década de 1970 na província de Anhui: ali se permitiu a criação de um mercado local de excedentes agrícolas, o que gerou um aumento significativo na produtividade do trabalho agrícola. É importante notar que, em 1978, cerca de 80% da população chinesa vivia em áreas rurais. [...] Por esses contratos, as famílias entregavam cotas de produção ao Estado e podiam comercializar o excedente. Como resultado, a produção de cereais alcançou o recorde de 407,3 milhões de toneladas em 1984, um aumento de 33,6% em relação a colheita de 1978 (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p.156).

As mudanças impostas no setor rural fizeram com que a agricultura da China passasse por uma rápida transformação estrutural nos últimos 40 anos. A produção de grãos dominava a produção agrícola em 1978, sendo que, na mesma época, quase toda a economia rural estava envolvida no emprego agrícola. A partir das reformas, a agricultura se diversificou dramaticamente, tornando a economia do setor altamente variada, produzida por milhões de fazendas que produzem commodities de alto valor. *Onde antes o emprego fora da fazenda era raro, hoje, a maior parte da renda familiar rural é obtida fora da fazenda* (JIKUN; ROZELLE, 2018, p. 488).

Assim, em pouco menos de 40 anos, o valor da produção agrícola cresceu em termos reais a taxa média de 5,4% ao ano, enquanto o crescimento anual da produção de grãos foi de 2,1%. As modificações sociais da China fizeram com que as culturas tradicionais de grãos e legumes e verduras fossem substituídas por produtos de maior valor. Isso é demonstrado

<sup>8</sup> Depois de experimentar a maior fome do mundo no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o setor agrícola da China começou a se recuperar entre 1962 e meados dos anos 1960. No entanto, o caos político da Revolução Cultural se espalhou para a agricultura, o que retardou o crescimento desse setor e bloqueou o desenvolvimento rural. Essa desaceleração se estendeu até o final da década de 1970 (JIKUN; ROZELLE, 2018, p. 487)

pelo expressivo aumento da produção pecuária e piscicultura: a produção anual de carne aumentou em média 5,9%, o peixe 7,3% e as aves 8,8%; da mesma forma, os laticínios aumentaram mais rapidamente, 9% ao ano (JIKUN; ROZELLE, 2018, p. 489).

*Taxa média de crescimento anual da agricultura e da população nacional na China, 1952-2016 (por cento).*

	Pré-reforma 1952-1978	Período da Reforma					Média
		1978/1984	1982/2000	2000/2005	2005/2010	2010-2016	
PIB agrícola	2,2	6,9	3,8	3,9	4,5	4,0	4,5
Valor bruto da produção agrícola	3,4	5,9	5,9	5,3	4,8	4,2	5,4
<b>Grãos</b>	<b>2,5</b>	<b>5,5</b>	<b>0,9</b>	<b>1,0</b>	<b>2,5</b>	<b>2,0</b>	<b>2,1</b>
Algodão	4,0	17,9	-0,6	6,4	2,0	-1,7	3,8
Oleaginosas comestíveis	1,4	17,6	6,4	0,9	1,5	2,0	6,4
Culturas de açúcar	7,8	13,6	3,7	4,8	5,3	0,5	5,3
frutas	4,0	8,5	12,5	26,2	5,8	4,8	11,5
Legumes	n / D	4,6	8,3	3,1	1,5	2,2	5,2
Carne suína, bovina e ovina	4,4	11,4	7,5	2,9	2,4	1,0	5,9
Aves	n / D	n / D	14,9	2,9	4,2	2,3	8,8
Peixe	4,7	4,2	12,1	3,6	4,0	4,3	7,3
Laticínios	n / D	n / D	8,2	25,6	5,7	-0,1	9,0
População	2,0	1,4	1,2	0,6	0,5	0,5	1,0

*Tabela 5 - Fonte: JIKUN; ROZELLE, 2018, p. 489*

As reformas provocaram uma mudança gradual da produção de alimentos básicos para uma agricultura mais diversa, intensiva e comercial, e que teria um impacto global na produção de vários países, inclusive o Brasil.

Durante séculos a China foi o maior produtor mundial de grãos em geral, e de soja em particular. Após a Revolução de 1949, o governo buscou concentrar a agricultura chinesa quase que exclusivamente na produção de grãos para atender às necessidades de consumo população. Em 1950, o país utilizava 89% por cento de suas terras cultivadas para a produção de grãos, número que se manteve quase inalterado até 1980. Até o começo dessa década as famílias eram obrigadas produzir e vender grãos para o estado, e só após cumprir suas cotas poderiam produzir outras culturas, cuidar de gado e de peixe; o sistema só foi alterado após os primeiros anos da reforma, com a permissão que as famílias produzissem livremente (JIKUN; ROZELLE, 2018, p. 490). Em pouco tempo assistiu-se o crescimento de culturas de rendimento de maior valor, assim como o aumento da produção e venda de carne de todos os tipos. A participação da pecuária na produção rural aumentou de menos de 17% em 1978 para mais de 40% após 2000 (JIKUN; ROZELLE, 2018, p. 490).

Quanto ao consumo de alimentos, a imensa população chinesa – cerca de 20% do total mundial –, nas últimas três décadas, apresentou uma significativa mudança nos hábitos alimentares: apesar da dieta baseada em grão ainda ser a mais importante, houve um aumento significativo no consumo de itens caros, como a carne. Dados da OCDE apontaram que, entre 2004 e 2013, o consumo per capita de grãos reduziu em média 36%, enquanto consumo de carnes aumentou 66 e 40% nas áreas rurais e urbanas respectivamente, tendência continuou presente nos anos seguintes. Também se assistiu a uma forte migração do campo para as cidades – entre 2013 e 2018 a população rural caiu de 642 milhões para 576 milhões, com aumento correspondente da população urbana, que atingiu 800 milhões –, com o aumento da procura por atividades ligadas à indústria, impulsionando o incremento da população de classe média (JIKUN; ROZELLE, 2018, p. 40). Assim, o aumento da renda per capita da população e o processo de urbanização, abriu espaço para a ampliação do consumo de produtos de origem animal, e, da mesma forma, a preocupação por parte do governo em garantir essa produção e o fornecimento de grãos para a produção de ração animal, feita basicamente de soja. Rapidamente as autoridades chinesas perceberam que o incremento da demanda por produtos de origem animal era muito maior que a capacidade de aumentar a produção de soja (JIKUN; ROZELLE, 2018, p.41). A solução foi recorrer à importação para suprir a crescente necessidade, decisão esta que se deu no mesmo momento em que a produção explodia, especialmente no Brasil.

### **2.3. A possibilidade de inserção do Brasil nos planos da China de longo prazo**

A partir de 2013 o governo chinês estabeleceu uma estratégia global de expansão econômica e desenvolvimento de infra-estrutura que, no longo prazo, incluía planos de investimentos e parcerias em 149 países e organizações internacionais. O plano, que acabou sendo chamado de *Nova*

*Rota da Seda* (NRS)<sup>9</sup>, que se tornou a peça central da política externa do líder chinês Xi Jinping, tem como meta a liderança global do país a partir de investimentos em infra-estrutura de rodovias, portos, edifícios, ferrovias, aeroportos, barragens, usinas elétricas a carvão, exploração mineral e agrícola nos cinco continentes. O nome que se consolidou mundialmente é uma referência à *Rota da Seda*, uma rede de rotas comerciais eurasiáticas, que estiveram ativa desde o século II a.C. até meados do século XV, abrangendo mais de 6.400 quilômetros, e que desempenhou um papel central em facilitar as interações econômicas, culturais, políticas e religiosas entre o Oriente e o Ocidente (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2019, s/p).

A literalidade da expressão *Rota da Seda* é equivocada em dois aspectos: não havia uma *rota* real, mas um trecho de caminhos inconstantes e não marcados que percorriam através de enormes extensões de desertos e montanhas; seda é ainda mais enganador, uma vez que a seda era apenas um entre muitos produtos da *Rota da Seda*, que comercializava produtos químicos, especiarias, metais, selas e produtos de couro, vidro e papel<sup>10</sup> (HANSEN, 2012, p. 5). Os povos que viviam ao longo das diferentes rotas comerciais não a utilizavam o termo, que foi criado somente 1877, pelo barão Ferdinand von Richthofen, geógrafo que trabalhou na China de 1868 a 1872, para definir essas trocas comerciais que partiam de várias regiões da China em direção ao oeste. Gradualmente ao longo do século XX o termo ganhou aceitação, quando alguns autores tentaram identificar uma espécie de Via Ápia romana, mas sem sucesso; as rotas eram compostas por uma enorme colha de retalhos de trilhas intensamente percorridas, mas não demarcadas (HANSEN, 2012, p. 8).

A NRS instituída em 2013 buscou ir além dos acordos comerciais e das alianças políticas em blocos como os BRICS. Tratava-se de um amplo projeto de cooperação que em oito anos passou a congregar mais de 140 países, em um primeiro momento centrou-se na Ásia Central, mas que

<sup>9</sup> Em inglês *One Belt and one Road Initiative* (BRI, ou B&R) a partir da expressão original chinesa *One Belt One Road* (OBOR), (em chinês: 一带一路).

<sup>10</sup> Invenção chinesa, o papel somente começou a ser fabricado na Europa em meados do século XIV. O mais antigo papel encontrado data do século II aC, e era usado inicialmente como material de embrulho e não para escrever (HANSEN, 2012, p. 6 e 15).

rapidamente se expandiu para a África, a Ásia, o Oriente Médio, a Europa e chegando, por último, à América Latina e ao Caribe – 20 países – e à Oceania. Na América do Sul, em 2022, apenas o Brasil e a Colômbia não faziam fazem parte formalmente do sistema de cooperação chinês (CAIXETA, 2022, s/p). Dentro do âmbito da NRS a China vem financiando projetos agrícolas e de mineração nos países cooperados, além de investir pesadamente também em projetos de infraestrutura, como a ferrovias, redes de transportes, barragens e usinas hidrelétricas e fábricas de insumos industriais (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 285).

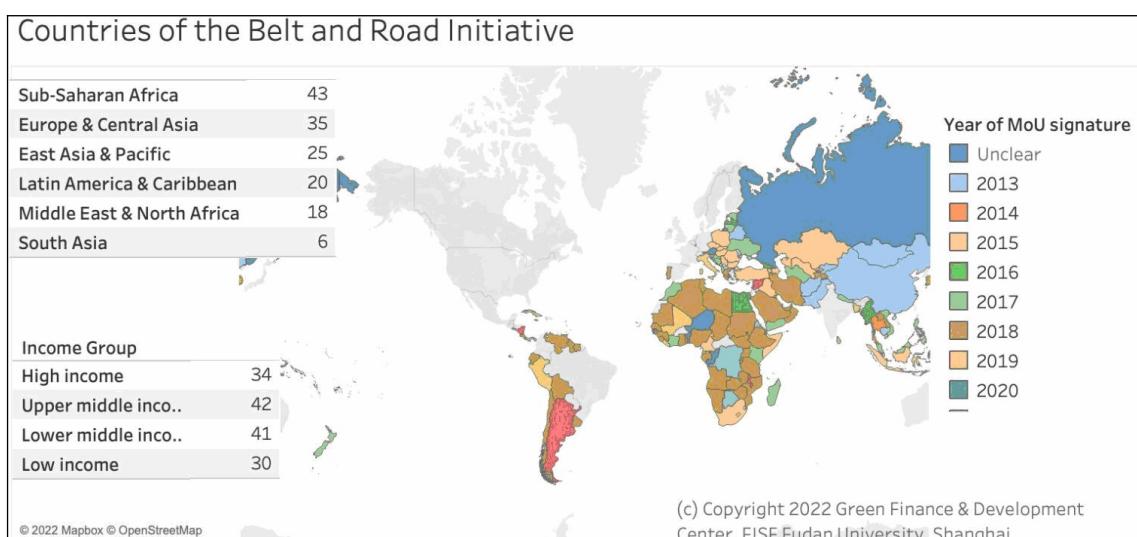


Imagen 1 - Fonte: *Green Finance & Development Center*, reproduzido por CAIXETA (2022, s/p).

As alterações dos padrões de sua agricultura e dos hábitos alimentares da população assistidas nas últimas quatro décadas, associadas ao fato de o país ter escassez de recursos, inclusive poucas terras aráveis e água, demonstraram, já nos anos 1990 apontava a necessidade buscar solução para o fornecimento de grãos. O país possui apenas 13% das terras agricultáveis, que já produzem basicamente alimentos. Na pecuária o país é o líder na produção de carne suína, devendo quase atingindo a metade da produção mundial (DAN, 2019, p. 39), plantel este que exige o consumo de soja de variadas formas. A solução estava no mercado externo.

Ao longo da década de 2010, ao mesmo tempo em que aumentava sua importação de soja e derivados, a China modernizou, facilitou e simplificou

os procedimentos para a entrada da soja brasileira em seu território. Uma intensa negociação entre os Ministérios da Agricultura, do Brasil e da China, com a participação de associações de exportadores, permitiu a assinatura de muitos acordos bilaterais estabelecendo critérios para as medidas de quarentena, sanitárias e fitossanitárias para os produtos. Tal empenho demonstrava o interesse do governo chinês em investir na compra dos produtos agrícolas brasileiros. Os fóruns regulares dos BRICS também foram importantes para essas negociações<sup>11</sup> (DAN, 2019, p. 45).

Atualmente, 60% das exportações de soja são destinadas ao mercado chinês. O produto começou a ser cultivado no império Chinês há mais de quatro mil anos, produto que ao longo dos séculos se expandiu para os territórios vizinhos, regiões que hoje seriam Coréia do Sul, Japão, Indonésia, Filipinas, Vietnã, Tailândia, Mianmar e Nepal. Apenas em meados do século XVIII o grão passou a ser plantado na Europa, e em 1765, nos Estados Unidos, tornado-se relevante no quadro da agricultura norte-americana apenas na década de 1940. Nas cinco décadas seguinte os Estados Unidos dominariam a produção; em 1960 o país respondia por 68,7% da soja mundial, enquanto a China, em segundo lugar, representava 23,3% e os conjunto dos outros países, respondiam por 8% (WÁNG, 2022, s/p). Na América Latina, Brasil e Argentina, respectivamente 1974 e 1998, superaram a produção chinesa, e em 2002, ambos os países superaram os Estados Unidos na produção total (WÁNG, 2022, s/p).

Ao mesmo tempo em que via sua produção reduzir para irrigários 5,55% do total mundial, a China assistiu ao brutal aumento do consumo de soja, de 8 milhões de toneladas em 1964 para quase 70 milhões de toneladas em 2010, tendência que se manteve constante nos anos seguintes. Em 2021, a produção chinesa de soja foi de 16,4 milhões de toneladas, enquanto o consumo marcou 108,72 milhões. A diferença foi importada dos Estados

<sup>11</sup> BRICS é o acrônimo do nome das maiores economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. É uma organização formada em 2001, inicialmente com os quatro primeiros, com a África do Sul incluída em 2010. Com uma área de mais de 39 milhões de quilômetros quadrados e mais de 3,2 bilhões de habitantes, os BRICS originalmente tinham o propósito de estimular perspectivas econômicas multilaterais, mas que, em pouco tempo, passaram representar um bloco geopolítico mais coeso, com seus governos reunidos anualmente em cúpulas formais e coordenando políticas multilaterais.

Unidos, Argentina e Brasil, algo significativo, uma vez que o país asiático praticamente não importava soja até meados da década de 1990, um mercado pouco sem importância para o mundo. Um relatório do banco holandês Rabobank, publicado em 2010, informava que as importações de soja pela China atingiram, no ano anterior, um valor total de cerca de US\$ 20 bilhões (WÁNG, 2022, s/p).

Um relatório do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento brasileiro de 2015 mostrava a situação do comércio exterior entre Brasil e China, notadamente dos produtos agrícolas. O documento destacava a forte expansão da economia chinesa nas últimas décadas, que converteu a China na principal parceira comercial brasileira, para quem, em 2014, o país exportou US\$ 40,6 bilhões à China e importou US\$ 37,3 bilhões, obtendo um superávit comercial de US\$ 3,3 bilhões; superávit que, em 2011, havia atingido o recorde de US\$ 11,52 bilhões (BRASIL, 2015, p. 2). Observados apenas os produtos agropecuários, esse montante atingiu US\$ 18,67 bilhões em 2014. A evolução das exportações agropecuárias para a China se mostra impressionante. Em 2000 as vendas de produtos agropecuários não alcançaram US\$ 500 milhões. As exportações de soja eram de US\$ 337,35 milhões ou 1,78 milhão de tonelada. Após quatorze anos, em 2014, esse valor chegou próximo a US\$ 20 bilhões (BRASIL, 2015, p. 3-4). Em 2014, as exportações de soja em grão representaram 86% do total das exportações agropecuárias à China, representando US\$ 17,01 bilhões, mesmo os preços internacionais do produto terem apresentado queda ao longo do ano. Por sua vez, a China expandiu suas aquisições de soja em grão no mercado internacional de 63,4 milhões de toneladas em 2013 para 71,4 milhões de toneladas em 2014. O Brasil, como maior fornecedor da China, participou com 46,5% do total adquirido. Os Estados Unidos estão na segunda posição com 40,5% das vendas, seguidos pela Argentina, com participação de 8,4% (BRASIL, 2015, p. 5).

No período de 2000 a 2017, a produção mundial de soja cresceu 99%, de 176 para 350 milhões de toneladas, mantendo os Estados Unidos como maior produtor com 117 milhões de toneladas, seguido do Brasil e

Argentina, que juntos representavam 82,4% da produção mundial em meados da década de 2010. Já a exportação, no mesmo período, cresceu de 53 milhões de toneladas para 147 em 2017, aumento de 177% (CONTINI, 2018, p. 8).

### **Capítulo 3: Sojicultura globalizada e dinâmicas territoriais no Brasil**

Como mencionado previamente, a modernização da agricultura brasileira, especialmente no que se refere às mudanças que foram implantadas no Cerrado ao longo dos anos 1960 e 1970, representou a transição de um cultivo tradicional para uma agricultura científica e globalizada, que já poderia ser observada a partir da década de 1990. Esse processo de modernização da agricultura foi, basicamente, centrado na produção de *commodities*, produtos com ampla procura nos mercados internacionais. Tal processo pode se dividido em duas etapas distintas.

A primeira, delimitada entre as décadas de 1960-1970, a modernização conservadora durante a ditadura militar, foi marcada pela reformulação da base técnica e política e organizacional da agricultura brasileira, incorporando os elementos da chamada *Revolução Verde*, e a formação dos *complexos agroindustriais* (CAI's)<sup>12</sup>. A Revolução Verde se caracterizou pela adoção de forma extensiva, em algumas regiões, de culturas mais produtivas, e de forma desigual no território como um todo. Essa nova produção fora baseada em cultivos mais sensíveis ao uso de tecnologias, muitas das quais implantadas em parceria dos produtores com o Estado – máquinas, ferramentas, fertilizantes, agrotóxicos e irrigação. Dentro desse contexto, os complexos agroindustriais se formaram pela integração da agricultura e da indústria, incluindo também setores de distribuição e comércio. (FREDERICO, 2013, s/p). Nesse momento, o Estado passou a assumir um lugar de centralidade

---

<sup>12</sup> “O termo ‘Complexo Agroindustrial’, implementado em meados da década de 1975 - enfatiza uma visão dinâmica de conjuntos de atividades fortemente relacionados por intermédio de relações de compra e venda e grupos de atividades que se relacionam de forma menos intensa. A autora evidencia a formação de vários complexos agroindustriais que constituem o que chama de “agricultura moderna”, sendo as políticas públicas o elemento de aglutinação destes vários complexos (PALENCIA, 2016, p. 56).

enquanto agente das ações que transformam o território. Com sua atuação, os complexos agroindustriais foram formados por: linhas de crédito subsidiado para custeio e investimento; adoção de novas bases técnicas, e pela articulação entre as empresas públicas de pesquisa e as multinacionais responsáveis, por exemplos por insumos químicos e mecânicos. Além disso, o Estado ofereceu incentivo fiscal e creditício para as agroindústrias e criou infraestrutura de transporte, energia e armazenamento (FREDERICO, 2013, s/p).

Nesse primeiro momento da modernização da agricultura, o Estado foi o principal responsável pelo desenvolvimento das forças produtivas e por mediar os agentes – empresas estatais, empresas multinacionais e grandes produtores – responsáveis pelas transformações do espaço geográfico. O campo brasileiro foi alterado nesse processo, se tornando mais produtivo e também mais lucrativo, expulsando pequenos produtores, intensificando a concentração fundiária e as lutas sociais (FREDERICO, 2013, s/p).

O segundo momento da modernização da agricultura brasileira se iniciou em meados da década de 90 com esgotamento do modelo anterior dos Complexo Agroindustriais e com a emergência da agricultura científica globalizada. Esse novo modelo, associado ao agronegócio, passou a incorporar novas tecnologias de informação e comunicação, como a informática, a microeletrônica, a biotecnologia, a engenharia genética e o uso sistêmico de bancos de dados. Além disso, nesse momento assistiu-se um importante processo de privatizações e fortalecimento de intuições privadas em oposição ao enfraquecimento do Estado como agente central de tomada das decisões (FREDERICO, 2013, s/p).

A área onde se realizava a agricultura moderna passou a se especializar, tecnificar e criar uma monofuncionalidade no uso da terra, negando um uso plural do território. A geografia dessa nova produção agrícola foi realizada em *bets* modernos – cinturões densos e tecnificados – e em novas fronteiras, os *fronts*. Esses últimos foram responsáveis por incorporar novos territórios à lógica do agronegócio, frentes pioneiras articuladas e

planejadas por grandes empresas em cooperação com o poder público (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 130).

No caso da sojicultura, desde a década de 1990, as empresas privadas responsáveis por novas dinâmicas na divisão territorial do trabalho, ocuparam o território acompanhando a expansão da produção da soja. Empresas multinacionais de esmagamento da soja para a produção de farelo, óleo, ração e derivados, como ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus, são exemplos desse movimento (imagem abaixo) (HEREDIA, 2010, s/p).

A imagem a seguir mostra o percurso da sojicultura globalizada ocupando o território brasileiro no decorrer das décadas, tendo a região sul como sua área pioneira. O *front* de expansão desta produção agrícola, já na década de 90, levou a soja para o Cerrado - na região Centro-Oeste, no Cerrado Mineiro e no Cerrado Nordestino (HEREDIA, 2010, s/p). No século XXI, a sojicultura ampliou seu padrão de expansão e levou com ela um conjunto de *objetos* característicos da agricultura globalizada, ampliando sua fronteira para a região norte, marcadamente os estados do Amazonas e Pará.

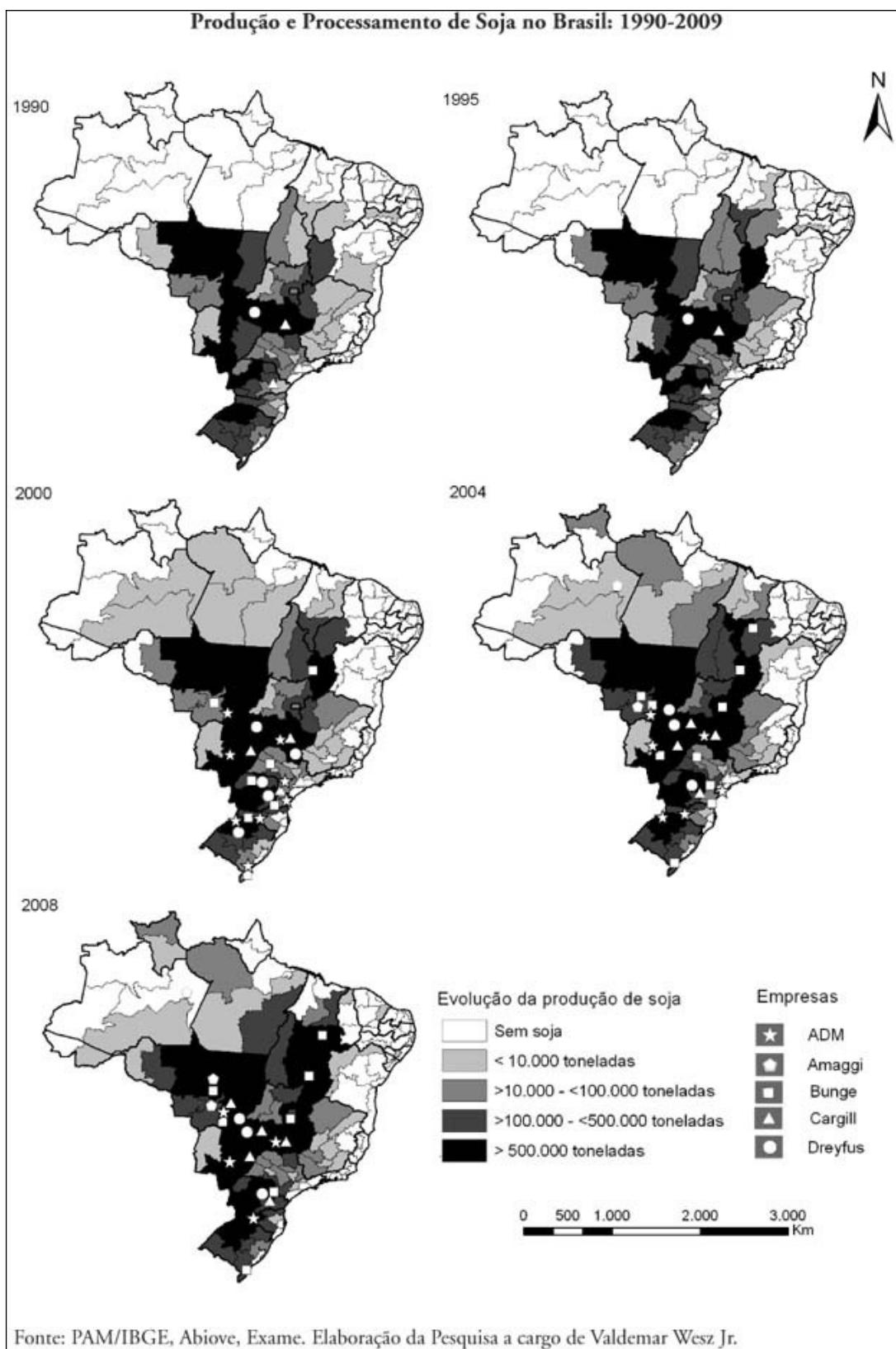


Imagen 2 - Fonte: HEREDIA, 2010,

Toda a infraestrutura que sustenta essa agricultura globalizada, como estradas, silos, frigoríficos, portos e outros, representa objetos fixos, capitais fixos. Porém, o território foi alterado também quando visualizamos a espessura de seus fluxos, tanto no próprio incremento de capital constante, ou seja, acúmulo contínuo de máquinas, sementes, fertilizantes, quando na maior circulação de produtos, pessoas, ordens e dinheiro. O território especializado nesse modelo agrícola exige grandes somas de capital e diversos tipos de fluxos econômicos, como por exemplo, na forma de crédito, empréstimos, financiamentos, hipotecas, seguros e *commodities*. (SANTOS E SILVEIRA, 2008. p.132). Dessa maneira, o sistema financeiro invade todas as etapas da produção, acompanhando tanto a expansão de capital fixo, quanto o aumento dos fluxos.

A implementação da agricultura globalizada no território foi acompanhada por uma maior internacionalização dos circuitos espaciais produtivos. Esse novo modelo agrícola, organizado por redes, especializou seu território mediante demandas internacionais por *commodities*, tornando-se refém da cotação das principais bolsas de valores do mundo. A lógica que orientou as ações que modificaram o território apresentou uma racionalização externa e se expressou no uso intensivo de bens científicos, como sementes, insumos químicos e mecânicos, e uma produção agrícola com seus procedimentos padronizados. A sojicultura, assim como outros cultivos característicos da agricultura globalizada, se manteve subordinada aos fatores externos e, na divisão territorial do trabalho, apresentando um controle técnico local em oposição a um controle político, ou seja regulatório, distante da produção (CASTILLO, 2008, s/p).

## **Considerações finais**

No processo de modernização da agricultura brasileira, a sojicultura assumiu importante centralidade, ampliando sua área de produção, volume de suas safras, alterando seus agentes mobilizadores e fazendo uso intensivo de

novos recursos técnicos, científicos e informacionais. Seu cultivo acompanhou as importantes transformações agrícolas e agrárias no território brasileiro nos últimos 50 ou 60 anos.

Entre meados do século XX e inicio do século XXI, o espaço geográfico que sustentou a modernização da agricultura foi transformado como consequência da nova configuração de *objetos* e *ações*. O conjunto de *objetos* que ocupa e caracteriza o espaço agrícola foi alterado, tendo sempre como referência seu momento histórico e contexto geográfico. A partir da década de 1970, em um momento central da modernização da agricultura brasileira, a modernização conservadora, assistiu-se ao incremento técnico característico da *Revolução Verde*, com a formação dos Complexos Agroindustriais.

Em meados da década de 90 e inicio do século XXI, no contexto da economia do agronegócio, consolidou-se a sojicultura globalizada, a qual modificou radicalmente o território com um novo sistema de *objetos*. Nesse novo contexto, o espaço agrário brasileiro que comportou esse modelo recebeu um forte incremento científico e informacional, advindo da importante atuação de agentes externos, através de empresas privadas e agroindustriais.

O *sistema de ações*, por sua vez, muda radicalmente de um momento para outro, uma vez que se altera a relevância dos tomadores de decisões e, consequentemente, a lógica produtiva é modificada. No período da modernização conservadora, o Estado assumiu a centralidade do processo ao criar empresas e aparatos estatais, mediando-os com as empresas multinacionais e os grandes produtores privados. Em um segundo momento da modernização da agricultura brasileira, viu-se o fortalecimento das empresas privadas e multinacionais e enfraquecimento do Estado enquanto principal gestor do território.

A agricultura globalizada transformou no passado e ainda transforma o território brasileiro: especializa e tecnifica algumas regiões, modifica o valor das terras, amplia as desigualdades fundiárias e a violência no campo, expulsa os pequenos produtores de suas terras, compete com a produção de

alimentos, maximiza os lucros da produção primária, amplia a área de atuação e circulação do capital financeiro e mantém sua produção agrícola subordinada às demandas internacionais.

O processo de gestação e desenvolvimento da agricultura globalizada no Brasil aconteceu simultaneamente ao progresso econômico chinês e seu fortalecimento enquanto agente geopolítico global no século XXI. Ao alterar sua estrutura econômica, transformar sua produção agrícola, gerando consequências no padrão de consumo de sua população, a China passou a ser o maior comprador de soja do mundo, tornando-se nosso maior parceiro comercial a partir de 2009.

Com a expansão da política da Nova Rota da Seda e a ampliação dos acordos internacionais, a China aparece no jogo geopolítico não apenas como um grande comprador de *commodities*, mas como um importante agente de intervenção e transformações, cujas ações orientam e orientarão novas dinâmicas territoriais no Brasil e no mundo.

## Referências

- ALENTEJANO, P. R. R. "As políticas do governo bolsonaro para o campo: A contrarreforma agrária em marcha acelerada. In: *Revista da Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia*, v. 16. nº. 29, p. 353–392. Dourados (MS): UFGD, 2020. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>>. Acesso em: 28 nov 2022.
- BERNARDES, J. A.; SILVA, A. A. "Notas sobre a dinâmica do capital no complexo da soja". In: *Anuário do Instituto de Geociências*, v.20, 1997, p. 27-37. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/aigeo/article/view/6181>>. Acesso em: 22 nov 2022.
- BRASIL. *Intercâmbio comercial do agronegócio, China*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2015. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/\\_documentos/intercambio-comercial-do-agronegocio-10a-edicao/16868\\_china.pdf](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/_documentos/intercambio-comercial-do-agronegocio-10a-edicao/16868_china.pdf)>. Acesso em: Acesso em: 28 nov 2022.
- CAIXETA, M. B. "O Brasil na Nova Rota da Seda?". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, 16/11/2022. São Paulo: Le Monde Diplomatique, 2022. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-brasil-na-nova-rota-da-seda/>>. Acesso em: 02 dez 2022.
- CASTILLO, R. "Sustentabilidade, globalização e desenvolvimento", In M. P. de OLIVEIRA et al. (Orgs.), *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas*, Rio de Janeiro: Anpege / Clacso / Faperj / Lamparina. 2008. p. 401-410.
- CONTINI, E.; et al. *Complexo Soja: Caracterização e Desafios Tecnológicos*, Série desafios do agronegócio brasileiro. Londrina: Embrapa Soja, 2018.
- DAN Wei, et al. *Food exports from Brazil to China: A legal and economic analysis*. Cham, Suíça: Springer Nature, 2019.
- DELGADO, N. "Commodities agrícolas". In: CALDART, R S., et al. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2012<sup>a</sup>. p.133-141.
- DELGADO, N. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012<sup>b</sup>.
- EMBRAPA. *Recomendações técnicas para a cultura da soja na região central do Brasil 2000/01*. Londrina: Embrapa Soja, 2000.
- FERREIRA, B. et al. "Constituição vinte anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas)". In: *Acompanhamento e Análise de Políticas Sociais*, n° 17, vol. 2,

p. 155-223. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4334/1/bps\\_n.17\\_vo102\\_desenvolvimento\\_agario.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4334/1/bps_n.17_vo102_desenvolvimento_agario.pdf)>. Acesso em: 20 nov 2022.

FREDERICO, Samuel. "Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil". In: *Confins-Revue Franco-Bresilienne de Geographie*. N. 17, s/p. 2013. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/8153?lang=pt>>. Acesso em 14/01/2023.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Modernização dolorosa: estrutura agrária : fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

HANSEN, V. *The silk road: a new history*. Nova York: Oxford University Press, 2012.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. "Sociedade e economia do 'agronegócio' no Brasil". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, p. 159-176. São Paulo : ANPOCS, 2010.

HESPAÑHOL, A. N. *A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional*. In Caderno Prudentino de geografia, v. 1, n. 22, p. 7-26, 2000.

IBGE. Banco de dados agregados. In: *Produção Agrícola Grandes Regiões*. Rio de Janeiro, IBGE, s/d. Dados disponíveis em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>>. Acesso em: 27 nov 2022.

JABBOUR, E.; GABRIELE, A. *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo : Boitempo, 2021.

JIKUN Huang; ROZELLE, Scott, "China's 40 Years of Agricultural Development and Reform. In: *Research Gate*, 2018, p. 487-506. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/326492289\\_China's\\_40\\_years\\_of\\_agricultural\\_development\\_and\\_reform](https://www.researchgate.net/publication/326492289_China's_40_years_of_agricultural_development_and_reform)>. Acesso em: 02 dez 2022.

NATIONAL GEOGRAPHIC "The Silk Road". *National Geographic*, 26/07/2019. Washington (DC): National Geographic Society, s/p. Disponível em: <<https://education.nationalgeographic.org/resource/silk-road>>. Acesso em: 01 dez 2022.

PALENCIA, Natalia Polanco. "Complexo Agroindustrial do leite no Brasil: Indicadores o Brasil: indicadores adoção de tecnologias e transformações nas últimas décadas". In: *Revista de Economia do Centro-Oeste*, v.2, n.2, pp. 55-72. Goiânia : Universidade Federal de Goiás, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/reoeste/article/download/41625/22199/>>. Acesso em: 10 jan 2023.

PEREIRA, L. A. G.; SANTOS I. J. F. dos; FERREIRA, W. R. "Geografia do comércio de commodities, dinâmicas espaciais da logística de transportes e

dos fluxos de exportações do setor de soja no Brasil". In: *Geografia Ensino e Pesquisa*, v.23, e. 3, mai 2019. Santa Maria: UFSM, 2019, p. 1-40. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/33183>>. Acesso em: 25 nov 2022.

PIRES, M. O. "Programas agrícolas na ocupação do Cerrado". In: *Sociedade e Cultura*, v. 3, n. 1-2, 2000, pp. 111-131. Goiânia: UFG, 2000. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/459>>. Acesso em: 24 nov 2022.

SANTOS, A. B. *Evolução diferenciada entre os estados brasileiros do cultivo e do processamento industrial da soja período de 1970 a 1999*. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", USP. Piracicaba, 2000. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-20190821-130102/publico/SantosAlesandraBastianiDos.pdf>>. Acesso em: 28 nov 2022.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço : técnica e tempo, razão e emoção*. Edusp, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil : território e sociedade no inicio do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2008.

SERRA, Letícia Silva et al. Revolução Verde: reflexões acerca da questão dos agrotóxicos. In: Revista Científica do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB, v. 1, n. 4, p. 2-25, 2016.

SILVA, A. K. "Brasil e o legado da década de 1980: crise e orientação da política econômica". In: *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Niterói, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2017, p. 1-31. Disponível em: <<https://www.abphe.org.br/arquivos/alessandra-kely-da-silva.pdf>>. Acesso em: 20 nov 2022.

SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena. *O que é questão agrária*; Col. Primeiros Passo, v. 16. São Paulo : Brasiliense, 1981.

SOUZA, A. F. M. *Evolução da Produção da Soja Brasileira: uma análise do período 2002 a 2010*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Três Rio, 2011. Disponível em: <<http://www.itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/biblioteca/tcc/T55.pdf>>. Acesso em: 30 nov 2022.

VILLARINHO GOMES, M. A. "Dinâmica demográfica fluxos populacionais por município em Mato Grosso". In: *Projeto de desenvolvimento agroambiental do estado de Mato Grosso – Prodeagro*, parte 2. Cuiabá: Estado de Mato Grosso/ Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), 2000. Disponível em:

<[http://www.dados.mt.gov.br/publicacoes/dsee/dinamica\\_demografica/fluxos\\_populacionais/DSEE-DD-RT-003.pdf](http://www.dados.mt.gov.br/publicacoes/dsee/dinamica_demografica/fluxos_populacionais/DSEE-DD-RT-003.pdf)>. Acesso em: 20 nov 2022.

VISENTINI, P. G. F. "A Novíssima China e o Sistema Internacional". In: Revista de Sociologia e Política, v. 19, n. suplementar, p. 131-141, nov. 2011, p. 131-154. Curitiba, UFPR, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31758/20272>>. Acesso em: 30 nov 2022.

WÁNG Shàoguāng. "In a soybean game dominated by capital, no one wins", In: Monthly Review, 21/11/2022. Nova York: Monthly Review Foundation, 2022, s/p. Disponível em: <<https://mronline.org/2022/11/21/in-a-soybean-game-dominated-by-capital-no-one-wins/>>. Acesso em: 28 nov 2022.